

PFL, Ulysses e PMDB

Haroldo Hollanda

20 AGO 1988
ANC
P2

“Neste poleiro quem canta de galo sou eu”, proclamou o deputado José Lourenço, líder do PFL, contrariado com o senador Marco Maciel, presidente do seu partido. Quando Lourenço resolveu retirar o PFL da mesa de negociações políticas na Constituinte, Maciel, discordando, puxou-lhe o tapete, ao dizer que não aceitava a atitude assumida pelo líder, por considerá-la radical. Mas ontem Lourenço se considerava recompensado, porque julga que prevaleceu a linha por ele recomendada, a partir do momento em que o deputado Ulysses Guimarães sentiu a necessidade de convocá-lo e ao PFL por ele representado para reiniciar as negociações em torno dos pontos polêmicos da Constituinte. “Do contrário — afirmou Lourenço — a nova Constituinte não sairá antes de dezembro”.

Na conversa que então tiveram, Lourenço recordou que, não fosse a atitude de desafio por ele assumida com o PFL, nas duas oportunidades anteriores em que Ulysses alcançou a presidência da Câmara, a sua eleição teria se frustrado, por força da oposição formada ao seu nome no próprio PMDB. Queixou-se ainda o líder do PFL, para justificar sua retirada dos entendimentos, que na mesa das negociações muitas vezes os acertos obtidos entre seu partido e o PMDB são postos de lado, porque deles discordam os pequenos partidos de esquerda.

A principal preocupação do líder do PFL resi-

de, entre outras coisas, com a discriminação que se pretende fazer na Constituinte com o capital estrangeiro, o que pode, segundo seu raciocínio, dificultar e até impedir o desenvolvimento econômico do País. O senador Ronan Tito, líder do PMDB, tem opinião semelhante à de Lourenço. Acha Ronan que a Constituinte, pela maioria esmagadora dos seus integrantes, fez uma clara opção pelo regime da livre iniciativa. Se assim foi, adverte que não cabe agora ao País ficar numa linha intermediária, que não é uma coisa nem outra, nem regime estatal ou capitalista. Na visão do líder do PMDB não cabe fazer discriminação contra a empresa estrangeira, que opera com sede e capital de risco no Brasil. Lembra, como exemplo, o caso de uma empresa multinacional de Minas Gerais que paga melhores salários a seus trabalhadores do que sua concorrente nacional de outro estado. “Sendo que na nacional — frisa Ronan — se quiser nela comprar sem nota fiscal, burlando o fisco, você consegue, o que a multinacional de Minas jamais fará”. E concluindo, indaga: “Por que a discriminação?”.

Para finalizar: ainda a respeito da reeleição de Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara, a disposição do Governo é a de não dar nenhuma ajuda. “O Ulysses maltratou muito o Sarney nos últimos tempos”, diz um ministro, ao justificar o alheamento do Planalto em relação ao assunto.